



Anais da Assembléia

Nº 28

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1975.
(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Dácio Leonel e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Carvalho, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer 46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Enéas Faria, João Cioni Netto, Lineu Turra, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o nº 162/75, do Senhor BONIFÁCIO JOSÉ TAMM DE ANDRADA, comunicando que, por ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, assumiu o exercício do cargo de Secretário do Interior e Justiça daquele Estado. - Ao conhecimento da Casa. - Agradeça-se.

Sob o nº 218/75, do Senhor Vereador JOÃO QUEIROZ MACIEL. 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação de proposição de autoria do referido vereador, subscrita pelos Senhores Vereadores Arlindo Ribas de Oliveira, Manoel Dias Paredes, Ruy Alberto Teixeira, João Derosso, Alvim Jareski, João Batista, Alberto Gnoato e Amadeu Luiz de Mío Geara, consubstanciado em voto de congratulações ao eminente político CÂNDIDO MA- NOEL MARTINS DE OLIVEIRA, que, evocando Lauro Müller, que disse “A subordinação aos deveres cívicos é o maior título, de merecimento para o cidadão de uma Pátria livre”, e, por ter lançado o seu magistral livro “Política da Educação”, no qual procura a continuação de um diálogo com os educadores visando assim auxiliar ainda mais, o trabalho educacional em nosso Estado. Ao conhecimento da Casa. - Agradeça-se.

Sob o nº 12/75, do Senhor Dr. JAMIL NAKAD, Presidente da Câmara Municipal de Cambira, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. - Ao conhecimento da Casa. - Agradeça-se.

Sob o nº 01/75, do Senhor ANTONIO RAMIM SILVEIRA,

Presidente da Câmara Municipal de Castro, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Legislativo Municipal. - Ao conhecimento da Casa. - Agradeça-se.

Sob o nº 4/75, da Senhora MARLENE MARIA ALVES, Presidente da Federação das Bandeirantes do Brasil, comunicando a eleição em Assembléia Regional, da sua nova Diretoria. - Ao conhecimento da Casa. - Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, voto de Profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Ribeiro de Macedo, ex-Deputado estadual e membro de tradicional família pontagrossense, ocorrido em data de hoje, na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, um VOTO DE LOUVOR ao atual Superintendente do Instituto de Previdência do Estado IPE, Sr. Dr. JOSÉ MARIA DE AZEVEDO, pela sua atuante e profícua gestão, a qual vem dinamizando e imprimindo um acelerado atendimento ao setor previdenciário do Estado, através da instalação de inúmeros Postos de Atendimentos no interior do Paraná, especialmente as providências que serão tomadas para a próxima instalação no Posto do Município de Pitanga, que irá atender vasta região, até agora carente daquele serviço previdenciário.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e à Superintendência do IPE.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações pela eleição da nova Mesa Executiva da Câmara Municipal da cidade de Castro, terra natal do signatário do presente.

Eleita dia 18 do mês passado a nova Mesa Executiva da Câmara Municipal de Castro está assim composta:

Presidente – Antonio Ramin Silveira

Vice-Presidente – José Nery Carneiro Nápoli

1º Secretário – Roberto Lesnau

2º Secretário – Dick Carlos de Deus.

Aprovado pelo Plenário o presente Requerimento, solicita para que dessa decisão se dê ciência ao Legislativo castrense.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, formulando veemente apelo no sentido de dotar a 2ª CIRETRAN, com sede em Ponta Grossa, de melhores condições materiais e de Pessoal no atendimento a questões de trânsito, principalmente nas cidades de Sengés, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Palmeira, Porto Amazonas, Imbituva, Ipiranga e Ivaí.

O progresso que as referidas comunidades estão atravessando exigem, além de esforço despreendido pelo atual chefe da 2ª CIRETRAN, onde estão circunscritas as cidades mencionadas, a construção de um pátio para depósito de carros apreendidos onde os mesmos ficam expostos à clemência do tempo, na rua, sujeitos a roubos e depredações.

Assim sendo, formulamos o presente apelo a fim de dotar a 2ª CIRETRAN, em Ponta Grossa, de uma Sede Administrativa e de pessoal qualificado, para atender com responsabilidade e eficiência às laboriosas populações mencionadas.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que, aquela autoridade estadual autorize, pelo órgão competente daquela Secretaria, um levantamento geral nas Escolas Isoladas do Estado nos Municípios de União da Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Pôrto Vitória, Paula Freitas, General Carneiro, Paula Frontin, Malét, Rio Azul, Palmas e São Mateus do Sul.

Levantamento este para a reforma de equipamento geral para o bom funcionamento dos já citados estabelecimentos.

É justa a solicitação, Senhor Presidente, visto que as citadas escolas estão necessitando de urgentes reparos e equipamentos e até hoje não foram tomadas as devidas providências.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1975

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente, consubstanciado em veemente apelo aos Exmos. Srs. Secretário de Educação e Cultura e Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, no sentido de ser reformulada a decisão da referida Fundação, que, em reunião levada a efeito no dia 5 do mês em curso, vetou a inclusão dos Cursos de Economia e Administração de Empresas no currículo daquela Faculdade.

JUSTIFICATIVA:

O processo autorizando o funcionamento dos citados cursos, obteve parecer favorável do Conselho Estadual de Educação, ficando tão somente na dependência do referendo da mencionada Fundação, a qual, por motivos que desconhecemos vetou a

inclusão dos referidos cursos no seu currículo.

Segundo informações que chegaram ao nosso conhecimento, por intermédio de pessoas ligadas ao ensino daquela cidade, o fato causou estranheza nos meios estudantis e autoridades locais que através dos Poderes Executivo e Legislativo de Paranaguá estão envidando esforços e colaborando, na medida do possível, junto à Fundação, no sentido de que o assunto tenha uma solução que consulte os interesses da coletividade e particular-

mente da classe estudantil de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975

a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado, abaixo assinado, no uso e gozo de suas atribuições constitucionais, REQUER que, ouvida a Casa, sejam encaminhados ao Exmo. Sr. Ministro de Estado para os Negócios da Marinha, a exposição e o apelo que se seguem, síntese de justa reivindicação das populações ribeirinhas do Paraná:

O Porto de Guaira, no rio Paraná, se caracteriza como o mais importante e o mais movimentado escoadouro da produção agrícola do Oeste Paranaense, sobretudo do soja e do trigo, sendo transportada para Porto Epitácio, no Estado de São Paulo.

Constitui, por outro lado, o elo de ligação entre o Oeste Paranaense e o Sul de Mato Grosso, com a circunstância interessante de que elevado número de pessoas reside em Guaira e trabalha em Mato Grosso, e vice-versa.

A ligação entre ambas as margens do Paraná é efetuada por meio de balsas e de lanchas, que transportam passageiros e veículos de todos os tipos. Essa ligação presta relevantes serviços às populações locais, e garante o crescimento progressivo das atividades econômicas na região.

O percurso de outrora era de, aproximadamente, 20 (vinte) quilômetros, em razão das voltas que a balsa era obrigada a dar. Mas, hoje, esse percurso se reduziu para 9 (nove) quilômetros, mais ~~convenientes~~ de tais serviços esperavam, com razão, que as tarifas viessem a sofrer substancial decréscimo graças ao encurtamento das distâncias.

Esse fato, porém, não ocorreu. Lamentavelmente, a situação se agravou, porque as tarifas foram exageradamente majoradas.

Um automóvel pagava, anteriormente, cerca de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), e, agora, paga Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros), justamente o dobro. E, à noite, paga Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros), justamente o triplo.

Um caminhão vazio paga, atualmente, Cr\$ 64,00 (sessenta e quatro cruzeiros), e, quando carregado, o preço varia de Cr\$ 72,00 (setenta e dois cruzeiros) a Cr\$ 75,00 (setenta e cinco cruzeiros).

A grita é geral contra o absurdo, pelo fato de atentar contra a economia popular e pelo fato de fugir da linha de contenção, adotada pelo Governo da República.

Os maiores prejudicados são os motoristas profissionais, obrigados a ir e vir, não raro algumas vezes por dia, entre Guaira e Mato Grosso, tendo de dispendar apreciáveis somas em dinheiro no pagamento das excessivas taxas de transporte.

Os fretes sofrem, conseqüentemente, majoração considerável, com reflexos negativos sobre o custo da produção transportada.

Os passageiros individuais também foram atingidos pelos novos critérios na tabela, e muitos deles são pessoas pobres, em busca de trabalho numa ou noutra margem do rio.

Diante do exposto, e em nome das populações prejudicadas, fazemos caloroso apelo ao Exmo. Sr. Ministro de Estado pa-

ra os Negócios da Marinha, no sentido de que determine, com a presteza possível, o reexame do assunto à Capitania dos Portos, a fim de que as tabelas sofram redução mais consentânea com os interesses da economia regional do Paraná e de Mato Grosso.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1975.

a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, REQUER, forneça com medida de urgência, informações sobre o fato da não efetivação dos Servidores com mais de cinco anos de serviços, aqueles denominados pesadores, com prestação de serviços à Secretaria do Estado dos Negócios de Finanças.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado TELEX desta Casa de Leis aos Senhores Deputados Federais e Senadores do Paraná, solicitando medidas para que se possibilite tramitação rápida e urgente da Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, datada de 24.02.75, visando a doação de áreas urbanas de terras aos Municípios Paranaenses de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, CATANDUVAS e MEDIANEIRA.

A Mensagem Presidencial em epígrafe, uma vez aprovada e transformada em Lei, virá solucionar antigo e angustiante problema, que aflige os municípios acima mencionados. Não sendo proprietários das áreas urbanas, estão os administradores municipais impossibilitados de regularizar situações já existentes para os moradores da área urbana, bem como de fazer convênios com o Estado e a União para a construção de obras públicas de real importância para o desenvolvimento de suas comunas.

Vem daí o empenho que todos devemos fazer no sentido de resolver esse problema urgente para grande parte da população do Oeste do Paraná.

Requeremos, outrossim, que após a aprovação deste, se dê ciência aos Senhores Prefeitos e Câmaras Municipais dos Municípios de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, CATANDUVAS e MEDIANEIRA.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1975.

aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
FIDELCINO TOLENTINO
IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, após ouvido o Plenário, no uso das atribuições legais, oficie ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura a criação de um Ginásio Agrícola na cidade e Município de Cândido de Abreu.

JUSTIFICATIVA:

De longo tempo, a população de Cândido de Abreu e Municípios circunvizinhos carecem da instalação e funcionamento de um GINÁSIO AGRÍCOLA, como decorrência natural da vocação econômica da Região de que a cidade é polo, e dará àquelas populações rurais melhores oportunidades de qualificação profissional para o aumento da produção e da produtividade agrícola, proporcionando uma base sólida de fixação do homem na terra, estará assim, eliminando uma das causas das correntes migratórias campo-cidade, que despovoou a zona rural e determina impacto demográfico nos centros urbanos com os graves problemas sócios econômicos que todos conhecem.

Aproveitando um prédio desocupado e quase abandonado, pertencente ao Governo do Estado, existente naquele Município, não necessitaria o Governo dispendir uma grande soma para sua instalação. Usando aquele prédio com alguns pequenos reparos a servir para instalar ali o Ginásio Agrícola.

Pode-se observar que a criação do Ginásio Agrícola em Cândido de Abreu depende apenas da boa vontade do Poder Executivo, porquanto já existe a base física para instalação do mesmo, podendo assim que criado, entrar em funcionamento já no próximo ano letivo, o que virá beneficiar altamente os filhos de lavradores com vocação para as tarefas rurais, sem retirá-los do meio ambiente, o que caracteriza esta iniciativa como consoante com os objetivos do Governo Federal.

O Governo do Estado criando o Ginásio de Cândido de Abreu dará um passo para solucionar os problemas estruturais das comunidades dando oportunidade para que o filho do agricultor que não possui condições econômicas para estudar em centros maiores, tenham condição sócio-econômica de poder se aprimorar onde seu sustentáculo financeiro alcança e possa tirar um curso de alto significado, não somente em conhecimentos, mas em praticabilidade de vivência sua e de seus familiares.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, após ouvido o Plenário, no uso das atribuições legais, oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, que tome medidas urgentes para recuperação das estradas que ligam as cidades de RESERVA – CÂNDIDO DE ABREU – IVAÍ – IPI-RANGA.

Justifica-se o presente Requerimento pelo estado em que se encontram as referidas Rodovias, sendo calamitosos e sem condições de transitabilidade justamente agora no início do escoamento de suas produções agrícolas.

Necessário se faz, que o Governo, através da Secretaria dos Transportes cumpra em parte as promessas de governantes passados e pelo menos encaschalhe as referidas estradas.

Cidades estas, que contribuem com uma soma expressiva através de emolumentos fiscais para com a renda do Estado e da União. Justo se torna a retribuição em forma de assistência às suas comunidades.

Atendendo esse apelo o Governo estaria dando àquela Região uma esperança de participação da atual Administração, fato este que iria sanar, em parte, a inoperosidade de governos passados àquelas cidades.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições e após consulta ao Plenário, com as razões que acompanham esta petição, requer:

PRIMEIRO: Seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Presidente da República e Ministro do Planejamento, que se torne obrigatória a reposição em forma de reflorestamento, das reservas florestais destruídas para a realização de obras públicas, sejam elas, estradas, aeroportos, represas, balneários, etc.

SEGUNDO: Seja oficiado as direções das Empresas construtoras, da Usina de Salto Osório, no Rio Iguaçu, ou seja, ELETROBRÁS, ELETROSUL, COPEL, ao Exmo. Sr. Presidente da República e Ministro de Minas e Energia, bem como para o Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, que atente para a flagrante injustiça que se cometerá na desapropriação das terras que formarão a Bacia de Acumulação, se preços diversos e injustos forem pagos a maioria dos desapropriados.

TERCEIRO: Requer a transcrição nos Anais da Casa, dos nomes constantes da inclusa Certidão dos autos 4.500, da 1ª Vara da Justiça Federal, que relaciona os proprietários desapropriados que não contestaram o preço indenizatório oferecido naquele processo.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975

a NILSO SGUAREZI

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Segundo se constata nos meios ligados ao comércio do café, principalmente no Norte do Paraná, jamais houve crise igual à que se abate sobre nosso principal produto, pelo menos nesta IV República.

Nos meios bancários o ambiente é de quase estupefação pelo ineditismo dos problemas, que se avolumam.

O lavrador, por sua vez, não obtém preço compensador para o produto, de custeio cada vez mais elevado.

Há, em verdade, em torno do café, as mais graves omissões tumultuando toda sua economia e envolvendo produtor, maquinista, bancos, intermediários, exportadores, entidades de classe e todos aqueles que participam de tais atividades, com reflexos os mais sérios sobre o próprio futuro econômico do Paraná e do País. Assim é que,

1. O Lavrador está obtendo, hoje Cr\$ 5,50 por quilo da renda de seu café, a qual, em média, é de 22 quilos por saca de 40 quilos de café em coco, o que equivale a afirmar que o preço é de Cr\$ 121,00 a saca. Nestas condições, somente uma saca de café em coco que rendesse 26 quilos poderia alcançar o valor de Cr\$ 143,00.

Sobre a cultura cafeeira recai todo o peso dos inesperados aumentos de adubos e pesticidas, onerando cada vez mais o produto e reduzindo a margem de lucro do produtor, quando não a transforma em prejuízo inapelável.

2. Atribui-se a baixa do preço do café ao ato do Governo Federal que reduziu o preço mínimo para exportação, tendo o importador americano deixado o mercado, uma vez que ele costuma comprar em mercador estável. O IBC baixou mais, concedendo US\$ 3,00 por saca, para propaganda. E ao que se percebe,

em razão do aviso de garantia para o importador, que corresponde ao preço obtido da média resultante do café da América Central somados ao Africano ("Robusta"), os norte-americanos conseguiram derrubar o preço médio e estão recebendo US\$ 34,00 (trinta e quatro dollars) por saca dos últimos negócios feitos com o Brasil. O que vale dizer que o confisco cambial deixou de existir, pois quem devolve US\$ 34,00 por saca está entregando ao próprio importador o confisco pretendido para si.

3. Enquanto ocorrem tais fatos, cresce o desestímulo à cultura cafeeira: a erradicação voluntária continua, trocando o agricultor a cultura permanente pelas lavouras temporárias.

A obtenção de melhor preço, incentivando a produção e a conservação e melhoria das lavouras cafeeiras, no entanto, significaria para o governo mais ICM, mais FUNRURAL, mais PIS, mais FGTS, mais circulação de riquezas, com interligações a outros setores do comércio e da indústria, com aumento do mercado de mão de obra.

Neste ano, o Paraná deverá voltar à liderança da produção nacional de café, com dez milhões de sacas, seguido de São Paulo e Minas Gerais, com quatro milhões de sacas cada um.

Anuncia o Governo Federal, em boa hora, subsidiar com quarenta por cento a aquisição de insumos para nossas lavouras em geral, o que, evidentemente, concretizará um estímulo de alta relevância à produção.

A verdade é que o café precisa de melhor preço para o produtor, sendo certo, também, não mais se admitir lavouras de baixo rendimento, cuja produção seja inferior a 80 sacos por mil pés.

4. Agravando a crise cafeeira o Governo Federal elevou o preço de garantia, mas, não autorizou o financiamento.

Ao preço de garantia de Cr\$ 390,00 financiava-se Cr\$ 274,00 por saca. Tendo o preço sido elevado para Cr\$ 418,00 o financiamento deveria atingir a Cr\$ 293,00, porém, inexplicavelmente, não foi o mesmo, ainda, autorizado pelo Banco Central do Brasil, o que vem causando os mais graves transtornos em todos os setores ligados ao café.

E mais ainda: o Banco Central não acompanha o aumento do IBC, criando sérias dificuldades para os bancos particulares com o estreitamento da faixa de redesconto para a demanda do crédito. Sem faixa para redescontar, os bancos sofrem pesados desencaixes. E como as instituições de crédito não podem financiar os cafés além de Cr\$ 274,00, a diferença do preço anterior para o atual está recaindo sobre o maquinista, que descapitaliza e fica sem condições para fazer os giros comerciais usuais. Além do mais, ressentem-se os bancos da falta de limites para o redesconto, e isso quando, ao que consta, ainda restam trinta por cento da atual safra.

5. Em relação ao consumo interno, o Banco Central não autoriza o redesconto dos cafés tipo "8", o que dificulta enormemente a sua comercialização.

6. Como se observa, forte crise acercou-se de nosso principal produto de exportação, que é o segundo na pauta de exportação, que é o segundo na pauta de exportações mundiais, vindo em seguida ao petróleo. O mercado mundial está lotado de café.

Diante desse quadro, não sabemos que interpretação dar à confissão expressa feita pelo Presidente do IBC, na Festa Internacional do café, no México, em novembro de 1974, in "Conjuntura Econômica", vol.29, página 150, publicação da Fundação Getúlio Vargas, nestas palavras que o presidente Camilo Calazans de Magalhães pronunciou:

"Fui surpreendido esta manhã, com a determinação em caráter compulsório de usar da palavra nesta reunião. Além de não estar preparado para o cumprimento da tarefa, minhas dificuldades crescem depois da brilhante e clara exposição do nosso estimado amigo Alexandre Fortuna Beltrão. Muito pouco poderei acrescentar ao que já foi dito, mas sinto-me no de-

ver de fazê-lo, e mesentiria intranquilo se não o fizesse, para oferecer alguma coisa a esse seletto grupo de homens que vivem profundamente os fascinantes problemas cafeeiros, mesmo sendo eu, confessadamente, um neófito nessa complexa e atraente atividade "

A realidade é que, cinco meses após seu discurso, o Sr. Camilo Calazans de Magalhães demonstra estar orientado em tais problemas, credenciando-se a defender os interesses do Brasil em Londres, no trato do Acordo Internacional do Café.

O aprendizado, porém, custou muito caro à Nação...

7. A imprensa do Paraná deu destaque ao problema, enfatizando a urgência de medidas de salvação de nossa economia cafeeira, preconizadas pelas entidades de classe junto ao Governo da União que, a esta altura, luta, também, para corrigir as distorções que herdou do governo anterior.

8. Parece-nos, portanto, que esta Augusto Assembléia deve se pronunciar sobre problemas de tão alta importância social e econômica, tal o volume dos interesses em jogo, a partir do pequeno agricultor até os primordiais interesses do Paraná e da União.

Em razão do exposto, com a aprovação do Plenário, requer seja remetido expediente ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio, ao Instituto Brasileiro do Café e ao Banco Central do Brasil, pleiteando-se, respeitosamente, o seguinte:

- a) Fixação, para a safra 75/76, do preço de garantia de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) por saca de café, com financiamentos para a lavoura e o comércio;
- b) Liberação imediata dos financiamentos para o final da safra em andamento, na base de Cr\$ 293,00 por saca, com aumento do limite de desconto para os bancos particulares;
- c) Autorização por parte do Banco Central do Brasil, do desconto de WARRANTS de cafés do tipo 8 (oito).

Sala das Sessões, 15 de abril de 1975.

a) MUGGIATI FILHO.

Projeto de Lei nº 35/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

ART. 1º — É declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA, com sede e foro em Curitiba — Paraná.

ART. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de março de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA, foi fundada em 02 de junho de 1969, com a finalidade de manter uma instituição educacional para os filhos de estrangeiros que residem na Capital do Estado, em virtude de exercício de atividades diplomáticas ou de trabalhar em empresas originárias de outras nações que aqui operam, notadamente na Cidade Industrial de Curitiba. Sem fazer Qualquer discriminação de raça, religião ou nacionalidade a associação atualmente dirigida pelo Professor William J. Damow, vem atingindo os seus elevados objetivos sociais, para o qual foi criada.

Registrada no 1º Ofício de Registros e Títulos de Docu-

mentos sob o nº 433 do Livro "A" de Pessoas Jurídicas, a mesma está em condição de ser de Utilidade Pública, tendo em vista;

- a)- Não tem finalidade lucrativa (art. III)
- b)- Os recursos por ela recebidos serão aplicados integralmente em suas finalidades educacionais (art. III)
- c)- Os seus Diretores nada percebem pelo exercício de seus cargos (art. V)
- d)- A escola está regularmente autorizada a funcionar pelo Ministério da Justiça, como de interesse social.
- e)- Está devidamente cadastrada no C.G.C., conforme documento anexo sob o nº 76 673 904/001;
- f)- É declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 4.634 conforme documento anexo;

Assim, diante dos documentos apresentados que satisfazem requisitos legais, esperamos que o presente Projeto de Lei seja devidamente aprovado.

Projeto de Lei nº 36/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominado "GRUPO ESCOLAR PROFESSORA EDITE CORDEIRO MARQUES, o atual Grupo Escolar de Turvo, no Município de Guarapuava, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A professora Edite Cordeiro Marques, faleceu no dia 15 de 1974, com apenas 32 anos de idade, quando exercia o cargo de Diretora do Estabelecimento referido no artigo 1º do presente Plano de Lei.

Tendo concluído o curso normal na cidade de Laranjeiras do Sul, onde nasceu, revelou-se desde cedo, uma idealista da grande causa educacional, que amou até o fim.

Como esposa do Rev. Irany Marques, exerceu além do sagrado ministério educacional, o religioso. Procurou sempre incutir na mente das crianças que ensinava, os preceitos da solidariedade e do amor cristão em todas as suas manifestações.

No pouco tempo de vida, demonstrou tudo quanto pode realizar alguém que se dedica realmente a um sublime ideal.

As juntas publicações que integram esta justificativa revelam os sentimentos da comunidade que lhe prestou sentidas homenagens por ocasião de seu prematuro falecimento. Atestam a justeza do presente Projeto, que esperamos seja aprovado.

Projeto de Lei nº 37/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica acrescido no art. 94 da Lei Complementar nº 2 (Lei Orgânica dos Municípios), o seguinte Parágrafo único:

Art. 94
Parágrafo único: — Não será permitido contrato para o Magistério Municipal, com salário por etapa, inferior ao salário mínimo vigente na região.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975.

a) DOMINGOS SCARPELINI

Justificativa:

Queremos com o presente Projeto de Lei amparar a classe do professorado municipal, que muito tem contribuído para a educação e cultura do nosso povo do interior, sem que, na maioria das vezes, receba o reconhecimento e também uma remuneração condigna.

É fato costumeiro que muitos municípios do nosso Estado deixam de remunerar condignamente os seus professores, os quais chegam a perceber salários inferiores ao mínimo decretado para a região.

Visando coibir esses abusos, é que apresentamos o Presente Projeto de Lei, que por certo merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. WERNER WANDERER - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lendo: "É com muita satisfação que ora ocupo esta Tribuna, para cumprir imperativo de reconhecimento de mérito governamental. O do atual Governador Jayme Canet Junior de começar a transformar em realidade velhas promessas de atendimento das necessidades da região geral da qual sou um representante nesta Casa. As velhas promessas que jamais foram cumpridas, e que nos levou, a nós, os do Oeste do Paraná, a quase nos acostumarmos à idéia de que seríamos os eternos esquecidos, não obstante nossa sempre crescente contribuição para a riqueza estadual. Manda a verdade, facilmente comprovável nas estatísticas anuais da produção do Estado, que lhes diga que a oficial prática subestimação governamental da existência e do valor do Oeste, não ocorreu a férrea vontade das comunidades municipais da região de progredir, embora quase exclusivamente à custa de seus próprios recursos. Mas quanto mais se elevava o índice de seu trabalho, mais crescia o volume de sua cooperação para a renda estadual, sobretudo através da produção agrária, mais se avolumavam os problemas regionais decorrentes da carência de obras de infraestrutura na região, tido para o efetivo desenvolvimento econômico, social e político. As obras que, evidentemente, não podem ser planejadas e custeadas apenas com recursos dos erários municipais.

Esse grande mérito administrativo do Governo ora apenas iniciado. O de reconhecer, destacar e por em prática, a assistência e a cooperação do Estado para a solução dos problemas do Oeste do Paraná uma das prioridades da execução governamental.

Falo-lhes evidentemente, da instituição do Programa Especial para o Oeste, a PRODOPAR, o primeiro programa que um governo do nosso Estado já destinou à região que vem lutando sozinho e sacrificadamente para se projetar e manter como um dos reais sustentáculos agrícolas da Economia. E, lhes falo, evidentemente, com o júbilo que decorre da verificação de que, à primeira visita oficial realizada ao Interior, pelo Governador Jayme Canet Junior, foi destinada a municípios de nossa região geral: Patolína, Marechal Cândido Rondon, e Guaíra. O júbilo acrescido pela verificação de que nessa visita prioritária foram anunciadas, pelo menos, já duas medidas de execução imediata do PRODOPAR, a presença, dentro de breves dias, das máquinas para a construção da ligação asfáltica Patolína-Toledo, a "Estrada da Soja", e a assinatura, hoje, do convênio entre o Banco Central, o BRDE e o BADEP, para o repasse de financiamento total de Cr\$ 500 milhões para grandes e médios produtores e cooperativistas da região, destinados à construção de silos e secadores para a estocagem das safras.

Sim. Já não mais estamos apenas recebendo promessas, Assistimos a um real processo de atendimento governamental aos nossos problemas e em âmbito regional, e às nossas aspirações naturais: a execução do Programa Especial para o Oeste Paranaense. Extensão natural da idéia que fundamentou a instituição

do PRODOESTE federal, exigência compulsória da funcionalização estadual e federal do Corredor de Exportações do Paraná, que tem na região uma das principais fontes alimentadoras, necessidade vinculada também à construção da maior hidrelétrica do mundo, a Usina Itaipu, em território paranaense, cerca de Cr\$ 3,8 bilhões de recursos do Estado e da União. Essa inversão agrange o atendimento da vasta gama de necessidades regionais, desde ligações rodoviárias e ferroviárias às precisões prioritárias no campo social.

Com efeito, o PRODOPAR vai se exercer nos setores do transporte, do saneamento, do desenvolvimento urbano, das comunicações, do abastecimento alimentar, da saúde, da educação, do reflorestamento, da proteção contra erosão, da segurança, da regularização fundiária, do estímulo à iniciativa privada, do aumento da produtividade agrária, do amparo social. Sua execução vai abrir novas perspectivas para o Oeste do Paraná, e consequentemente também para todo o Estado, de afirmação de seu desenvolvimento com base na energia do seu povo, na conscientização do valor nacional de seu trabalho e na visão realista de seus governantes para a aplicação prioritária dos recursos regionais.

Isso o que como representante do Oeste, como trabalhador legislativo do Paraná e como homem de partido plenamente convicto da superior orientação que o vigente regime vem imprimindo à Nação em todo o vastíssimo território do País e do imperativo de cooperar para o êxito de um governo estadual realmente apto para sempre maior projeção nacional, me cumpre aqui nesta hora, em que vejo o início da concretização do PRODOPAR, pelo Governador Jayme Canet Junior"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Está encerrado o Pequeno Expediente.

Passaremos ao Grande Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última semana o Governador do Estado visitou as Usinas hidrelétricas que estão sendo construídas às margens do Rio Iguaçu, e entre elas, a de Salto Osório que por sinal se prepara para o fechamento das comportas, o que representará a fase final da construção. Realmente, se construíram muitas Usinas no Paraná, nos últimos anos.

Diria, eu, Sr. Presidente, que está havendo uma corrida entre a produção de KWA e o surgimento de novos paranaenses. Na verdade, na explosão demográfica deste Estado, nos últimos anos, podemos traçar um paralelo com a produção de energia elétrica. Basta notar que há pouco mais de 20 anos, a população do Paraná representava para a população brasileira, apenas três por cento, e hoje representamos 7 por cento, constituindo-se, inclusive, o nosso Estado, em um dos maiores colégios eleitorais da Nação. E o potencial energético do Paraná cresceu muito, cresceu tanto, que no último dia 1º de março, quando uma mensagem governamental chegou a esta Casa, nós pudemos destacar um trecho do Governador Emílio Gomes, que assim se referia ao aumento de capital da COPEL: "Em dezembro a Assembleia Geral dos Acionistas da Empresa, homologou aumento do capital social de 1 bilhão e 23 milhões, para 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros, consolidando assim sua posição de maior empresa do Paraná e uma das mais importantes do Brasil, entre as concessionárias estaduais de energia elétrica".

Mas, dizia eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Usina de Salto Osório, onde a COPEL tem participação juntamente com a ELETROSUL por delegação da ELETROBRÁS, se encontra em fase final de construção. Salto Osório será uma das principais usinas brasileiras.

— (Assume a presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

Vale destacar, conforme memorial descritivo que tenho em mãos, que somente à margem esquerda do rio Iguaçu, para a formação da bacia da acumulação, será alagada uma área de 671,29 alqueires paulistas, ou sejam mais de 1.625 hectares de terras.

(Lendo): "TERRAS ALAGADAS, este o lema do meu pronuncimaneto.

Estas terras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, marcaram a história do Sudoeste do Paraná. Foram elas, as Blegas Missões e Chopim, o objeto litigioso da masinada Citla, que ensanguentou minha região na década de cinquenta. Terras que constituíram o Território Nacional do Iguaçu, enfim, permitam-me que lhes afirme, que para se implantar uma civilização na margem esquerda do rio Iguaçu, muitas vidas foram ceifadas, quer pela ganância dos mais poderosos que se esgueiravam nas sombras palacianas em negociatas e titulações imorais, quer pela força dos jagunços especialmente contratados, desalojaram os homens que construíram o Sudoeste, e seria injusto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se entre estes não se destacasse a figura corajosa do nobre líder do Governo nesta Casa, que liderando um punhado de heróicos paranaenses, nos idos de 50, souberam se antepor à força e prepotência dos grilheiros.

Agora estas terras serão alagadas pelas águas da grande Usina de Salto Osório.

É o progresso que chega.

É a Copel que progride e apresenta superavits fabulosos. É mais energia para o Brasil.

Não posso admitir, que para a existência do progresso, tenha que haver injustiça, tenha que se comprometer as gerações futuras. Vivemos sob o binômio SEGURANÇA e DESENVOLVIMENTO.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os homens do Sudoeste não conhecem ainda a segurança. Estão conhecendo o desenvolvimento, mas não a segurança de suas propriedades.

Pelos autos 4.500 da 1ª Vara da Justiça Federal, neste Estado, tramita a AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO dos 671 alqueires de terras - que engloba aproximadamente duzentas famílias, cuja ação tramita desde 25 de abril de 1974, quando foi proposta pela desapropriante ELETROSUL.

Os referidos autos, que já estão com volumes a mais de 800 folhas, constituem talvez o último ato do grande drama, do homem que escolheu as barrancas do rio Iguaçu, para formar sua propriedade.

Sabem, os Srs. que o colossal "pool" do soja, determinou nos últimos três anos, no Paraná, uma valorização sem precedentes das terras próprias para a colheita deste rico cereal. O vale do Iguaçu tem, talvez, as terras mais próprias para a policultura deste Estado, indo da agricultura à pecuária. Hoje, a terra nua no Sudoeste, vale 10, 12 ou 13 mil cruzeiros o alqueire e se de pastagem formada e destocada, ultrapassa os quinze mil cruzeiros. Pois bem, Srs. Deputados deste Estado, a COPEL e a ELETROSUL, tiveram a coragem de ofertar aos homens do Sudoeste, a estes proprietários, dos 671 alqueires de terra, a insignificante soma de apenas, em média, 2 mil cruzeiros o alqueire, o que representaria aproximadamente 20% do preço real.

Mas não ficou aí o abuso destas empresas estatais, não ficou aí, porque os seus propostos, os advogados e funcionários destas empresas usaram de má fé com os homens humildes do Sudoeste, com laudos de avaliação unilaterais - que também tenho em mãos e trouxe para exibir aos Srs. Parlamentares se julgarem conveniente: pagou-se primeiramente um preço vil, e sob a promessa de que, se ação não fosse contestada melhor preço se ofereceria pelas terras e mais depressa se faria o pagamento. Conseguiram os advogados, através da boa fé daqueles humildes agricultores, que a notícia da desapropriação por decreto federal que, a maioria dos proprietários, mais de 80, não contestasse o preço oferecido, porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguns destes proprietários fazendo valer os seus legítimos interesses, contestaram o preço e agora uma perícia designada pelo Juiz Federal, já em fase de execução, dos trabalhos realizados, um trabalho pericial, para oferecer um preço justo àqueles proprietários que contestaram a ação.

Como a matéria está sob júdice, estes 55 proprietários que

contestaram a ação, portanto apenas 1/3 do número de proprietários, dela não nos cabe fazer qualquer apreciação, porque a matéria está sob júdice, porém, a grande maioria, e que são os mais humildes, que não contestaram o preço, que iludidos pelos advogados, pelas palavras dos funcionários da COPEL, deixou sem contestar o pedido, este pedido que foi ajuizado e que já faz mais de um ano, ainda não recebeu o preço ofertado, porque ele está à disposição da Polícia Federal e para levantar estas importâncias exigem os títulos de domínio público.

Pasmem os Srs. que isto possa ser cometido por empresas públicas.

Isso é um órgão de administração. Como diria o Procurador da República, Sr. Caio Mário num Parecer publicado na Revista Forense, capítulo 105, página 19, quando se referia a Companhias Mistas e Empresas Estatais, dizia aquele legislador brasileiro:

"A Administração Pública não prevê apenas os interesses de um grupo reduzido de pessoas, mas, longe e mais alto do que isto, os descentralizados, as sociedades de economia mista, as empresas estatais realizam alguns objetivos na própria administração e cumprem algumas das finalidades do próprio Estado, o interesse público, e o bem estar social, é a conveniência da Nação".

Ora, Sr. Presidente, como afirmei, a matéria está sob júdice para os que contestaram a ação, apenas 1/3 dos proprietários. Os outros não que contestaram terão que se contentar com o preço oferecido, e que é pior, o que é injusto, não podem levantar o dinheiro porque ainda não receberam do INCRA os seus títulos de domínio, muito embora tenham pago seus impostos, cadastrado suas áreas, tenham a posse das terras há mais de 20, 25 anos, muitas vezes defendendo a posse com o risco de suas vidas como ocorreu em 1950, quando o Sudoeste foi tomado pelos grilheiros de terras.

Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por não terem contestado a ação de desapropriação por sistemática processual não serão aquelas humildes famílias favorecidas na sentença que reconheceria aos que contestaram o preço justo. Vejam os Srs. que se estaria dizendo, de acordo com as regras jurídicas porque a falta de contestação pressupõe o preço estabelecido e nós sabemos que isto não será justo, não será a verdade dos fatos. Mas apenas a situação processual que deveria ter um desfecho desigual entre os que constarem a ação e os que não contestaram, concordaram com a ação.

O SR. IVO THOMAZONI - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, para dizer que acompanho com muita atenção o pronunciamento de V. Exa. devo reconhecer nas palavras de V. Exa. a preocupação pela sorte das famílias que beneficiam as terras do Sudoeste, vale que conquistaram com muito trabalho com muita ordem de direito de serem proprietários de pequenas glebas e dela tiraram o sustento de suas famílias, o que nem sempre conseguiram fazer num clima de ordem e de tranquilidade. Concorro com V. Exa. que esteja havendo uma certa morosidade no cumprimento de uma medida por parte de um organismo do Governo Federal e se me permito, neste aparte, falar a V. Exa. é para solicitar que desvincule de qualquer compromisso com aqueles proprietários a nossa COPEL, porquanto a responsabilidade toda está afeta à ELETROSUL, que é a proprietária da obra da Usina do Salto Osório e foi também a empresa que promoveu a desapropriação judicial das porções de terras que deverão ser inundadas pela barragem daquela obra. Devo adiantar a V. Exa. que inúmeras vezes gestionei junto à ELETROSUL, no sentido de urgenciar o pagamento das indenizações devidas, principalmente aos pequenos sitiantes, moradores daquela área, quando nós fomos impedidos de gestionar através de advogado nosso, nós tratamos o bacharel Luiz Alberto Machado para, como procurador de cerca de 40 famílias lá residentes, gestionar no sentido de que a ELETROSUL cumprisse e determinasse o pagamento das importâncias cujo depósito já se encontra na agência do Banco Mercantil, na Comarca de Chopinzinhos...

O SR. NILSO SGUAREZZI – O bacharel Luiz Alberto Machado é procurador de 30 proprietários de terra.

O SR. IVO THOMAZONI – Perfeito. Contratado por nós, por instância do Sr. Prefeito Municipal Ciro Boier, que inicialmente, era o procurador dos posseiros, e se viu por força, da sua condição de mandatário municipal, impedido de continuar gestionando. Mas devo lembrar V. Exa. que desde que bem sucedidos, aqueles que contestaram a ação de desapropriação e que possivelmente se beneficiem da nova per'ícia que deverá por certo arbitrar um novo preço, a estes que não contestaram a ação caberá parece-me o recurso de uma ação rescisória, e também poderão no futuro beneficiar-se através de um expediente também válido.

- (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Maurício Fruet).

E eu, nos últimos dias do mês de março, deste Plenário, subscrevi um Requerimento dirigido à Eletrosul, ao Presidente da Eletrosul, solicitando que urgenciasse medidas capazes de atender às justas aspirações dos moradores, principalmente, do Município de S. Jorge do Oeste. E confesso a V. Exa. até hoje, este Deputado não recebeu qualquer resposta da Presidência da Eletrosul, e daí, somar o meu apelo e cumprimentar V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento que V. Exa. está fazendo. Mas tão somente para uma questão de justiça, que nós isentássemos a COPEL, de qualquer responsabilidade, porque não cabe realmente à Copel, falar neste episódio que é da responsabilidade da Eletrosul. Muito Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZZI – Agradeço o aparte de V. Exa., e realmente devo dizer, que V. Exa. tem razão. Agora, não posso concordar que V. Exa. procure eximir totalmente a COPEL deste episódio. Pois pelos laudos em avaliação que tenho em mãos, inclusive, em material impresso pela Eletrosul e pela COPEL, é que consta as avaliações iniciais que deram origem a esse preço. São laudos que tenho em mãos, e que embora a desapropriante seja a Eletrosul, a Copel teve uma participação efetiva. Mas em todo caso, agradeço o aparte de V. Exa. que conhece o problema, que se interessou inclusive, contratando advogados para que alguns proprietários contestassem o pedido. Nobre Deputado Ivo Thomazoni, nobre líder do Governo, o que eu não posso conceber é que um órgão de administração pública cometa uma injustiça sobre os nossos pequenos lavradores, porque eles terão direito através de uma ação rescisória, mas o Estado é encarregado de distribuir a justiça de imediato. Nós como representantes do povo da nossa região, não podemos esperar de braços cruzados que humildes e pequenos agricultores vão em busca de advogados para fazer valer os seus direitos. Quando através de uma própria decisão de empresas como a Eletrosul se possa pagar o mesmo preço aos que não contestaram a ação, daqueles que contestaram. Este é o objetivo do meu pronunciamento, pedir à Direção da Eletrosul, que dê um tratamento de de igualdade aos que contestaram e aos que não contestaram. Porque afinal de contas, se assim não ocorrer, a Eletrosul terá um lucro fabuloso. E pergunto eu, seria lícito este lucro tido como ônus aos pequenos agricultores, a esses homens que defenderam a sua terra por muitos anos de posse, a estes humildes que perderam tudo porque perderam suas terras, e nem o título de domínio ainda tem, porque inexplicavelmente o INCRA ainda não forneceu este título de domínio.

O SR. MUGGIATI FILHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. abordando um assunto que no meu modo de ver, e de um modo geral, constitui uma verdadeira calamidade jurídica em nosso Estado. Em todos os processos de desapropriação para a realização de qualquer obra pública, seja a obra a que V. Exa. faz referências, seja com relação a estradas de rodagem, retificação de estradas de rodagem, estradas de ferro ou outras obras públicas que se fazem e onde se sente a necessidade da des-

propriação, a primeira impressão realmente que se tem é esta. de que o mando militar entra na propriedade individual, expropria o proprietário e não cogita do pagamento. Sei de casos na região Norte do Estado, de proprietários que perderam faixas de terras e não receberam nenhuma indenização amigável, porque a tramitação burocrática desses processos exige um grau de paciência dos interessados, cujos limites transcendem o bom senso.

Veja V. Exa. o assunto que V. Exa. está focalizando e o rumo com que pretende nortear a matéria, o Governo aqui brilhantemente representado pelo seu líder Ivo Thomazoni.

No meu entender o Governo, pelo menos moralmente... e o Governo deve responder moralmente pelos seus atos – é responsável por isto. Deveria ser o primeiro a não permitir que em condição alguma se exproprie alguém de sua terra sem que o seja na forma da lei e dentro do espírito de justiça que deve nortear. os atos da administração.

Para mim não há ato de administração se ele é injusto, se ele se transforma num ato de expropriação, num ato de violência, contra a propriedade, que, de qualquer forma, é negado pela Constituição.

Desta forma, vejo, no discurso de V. Exa., a defesa não desses especificamente interessados no caso em que V. Exa. está abordando mas a defesa de todos aqueles que têm sofrido, em nosso Estado, a ação expropriadora e ilegal daqueles que são. muitas vezes, encarregados de obras públicas.

Porisso, congratulo-me com V. Exa. em nome de nossa Bancada, pela oportunidade de seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZZI – Muito obrigado, Deputado Mugiati Filho. V. Exa. bem disse da morosidade dos processos de desapropriação, quer para construção de usinas, quer para construção de estradas. E enfocaria aqui um outro aspecto, em que o Estado vem se mostrando desatento. E quando falo em Estado, refiro-me a todos os órgãos da administração direta, ou indireta, Vejam Vv. Exas., existe uma lei rígida para o reflorestamento aos particulares, à empresa particular, ao cidadão. Mas, o Estado talvez seja o maior devastador de nossas reservas florestais. Porque só para a construção da Usina de Salto Osório destruiu-se mais de 500 alqueires paulistas de florestas, e não houve reposição. As manchetes dos jornais estão aí e ainda há bem pouco tempo denunciavam o famoso "Militão" que tinha escravos destruindo as florestas. Isso se constitui um exemplo de devastação generalizada. O Estado constrói obras públicas destruindo fabulosas quantidades de árvores.

E em momento algum, os planeadores desta Nação. os tecnocrata deste Governo, foram capazes de impedir essa destruição. Recusaram um processo de construção de uma Faculdade, em minha Cidade, porque encontraram alguns centímetros quadrados a menos numa sala de aula. Mas, esses mesmos técnicos não foram capazes de ver, no planejamento de uma grande obra como a decantada Itaipu, que vai destruir enormes áreas florestais e vegetais. É o Estado não cumprindo uma Lei que ele mesmo exige, ele que deveria dar o exemplo, porque, afinal de contas, existe um princípio imutável: "Todos são iguais perante a Lei". E o Estado que não cumpre com a Lei é quem obriga o seu cumprimento por parte do particular.

Abordarei, no final do meu Requerimento, que, de ora em diante, se envie aos órgãos competentes desta Nação a obrigação de órgãos públicos procederem a reposição de florestas, quando as obras exigirem a destruição de matas.

O SR. DENI SCHWARTZ – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, sua esplanada a respeito de Salto Osório é muito oportuna. E através do aparte do ilustre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, tive a confirmação, mais uma vez, que o elitismo tecnocrata deste País – o elitismo tecnocrata deste País, repito, não deste Estado – está cometendo mais uma espoliação para o nosso querido Paraná. São 600 al-

queires paulistas na base de 2 mil cruzeiros, o que dá um milhão e 200 mil cruzeiros, se não errei o cálculo...

O SR. NILSO SGUAREZZI – Quero informar a V. Exa. que está depositado, na 1ª Vara da Justiça Federal, um milhão, 879 mil, 554 cruzeiros e 90 centavos. É esse o preço oferecido pela avaliação federal.

O SR. DENI SCHWARTZ – Um milhão e 800 mil cruzeiros! Deputado Nilso Sguarezi, está se construindo em Salto Osório, uma residência para hospedar o Senhor Presidente da República quando da inauguração daquela obra, orçada em 2 milhões de cruzeiros.

É o elitismo tecnocrata desta Pátria que faz hotéis luxuosos mais deixa o humilde colono debaixo d'água.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI – Agradeço o aparte de V. Exa. que vem dar um colorido especial a este nosso pronunciamento. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço questão de falar hoje, dia 15 de abril, porque corre o rumor, no Sudoeste, que, hoje, seria a data de fechamento das comportas da Usina de Salto Osório. E tudo leva a crer que seja, porque, numa petição do dia 15 de março de 1975, nesta ação de desapropriação, a ELETROSUL pedia ao Sr. Juiz processante que expedisse novo mandado de emissão de posse na área desapropriada. E alegava ela, para justificar essa medida que o motivo era devido a premência de tempo para o fechamento das comportas da barragem de Salto Osório que estava previsto para abril próximo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a emissão de posse já foi feita liminarmente quando o Juiz recebeu a ação. E o que acontece é que aquelas famílias de humildes agricultores, por não terem recebido o preço real, por não terem conseguido dinheiro para comprar outras terras, não conseguiram sair de suas propriedades e ainda estão lá residindo. E o despacho do Juiz foi claro, dizendo que já havia emissão de posse e que era impossível haver nossa emissão. Portanto, Sr. Presidente, hoje é uma data que talvez, se assim entenderem a Direção da Eletrosul e da Copel, que trará consequências imprevisíveis para aquelas famílias se fecharem as comportas.

O nosso apelo, então, é que a Eletrosul e a Copel encontrem uma solução mais equânime para esse impasse. Os peritos designados pela Justiça Federal estão elaborando esse laudo de avaliação e tenho certeza, será o mais justo possível, será aquele que atribuirá um preço justo para a indenização que o Governo deve pagar àqueles desapropriados. Mas se a justiça não se fizer, é o que quero deixar bem claro, não pelo juiz processante, dos autos, que terá que se ater estritamente ao contexto daquele processo, mas pela empresa que pode tomar uma decisão de justiça, e indistintamente efetuar uma indenização que não represente um lucro, porque se for pago, como bem disse o Sr. Deputado Deni Schwartz, apenas 2 mil cruzeiros por alqueire, muitos daqueles humildes agricultores, que quando as águas subirem e inundarem terão que ir a outro lugar e por serem analfabetos e não entenderem as coisas da justiça, morosa como é, como disse o Sr. Deputado Muggiati Filho, preferirão deixar o processo e uma injustiça estará cometida e a Eletrosul e a Copel terão vantagens com isso.

Mas, pergunto eu, será moral esse lucro? Será esse lucro tributado e dividido pelos diretores daquela empresa. Pergunto eu, Sr. Presidente, o Estado terá moral de falar nas vantagens que terá através do empreendimento de uma Usina explorando os mais pequenos e humildes?

Portanto, Sr. Presidente, se venho aqui nesta Casa, com certa revolta quando fico sabendo que para o Presidente da República se constrói um palacete orçado em 2 milhões de cruzeiros e para tirar as terras de homens que se empreenderam e defenderam com o suor e sangue de suas vidas, como atesta o nobre Líder do Governo, que inclusive foi um dos baluartes da revolta que fez o Sudoeste se levantar e fazer justiça pela força,

não posso me calar e me conter, porque, afinal de contas, alguém desta nossa terra deve parar de falar tanto em justiça e deixar que os justiceiros venham.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Permita-me V. Exa. que eu tome a liberdade de interrompê-lo mais uma vez. V. Exa. faz questão de incluir a COPEL como co-responsável numa atitude da ELETROSUL que, dada a sua morosidade está realmente, e nisso todos nós estamos de acordo, a prejudicar meia centena de famílias residentes às margens do Rio Iguaçu, nas terras que deverão ser alagadas como consequência da barragem da Usina de Salto Osório.

Mas me permitiria, primeiro, afirmar que esta liderança não tem conhecimento que se esteja construindo uma casa, segundo o eminente Deputado Deni Schwartz, ricamente edificada, no valor de 2 milhões de cruzeiros, especificamente para recepcionar o Presidente da República por ocasião da inauguração daquela Obra.

Se isto estiver ocorrendo como, e quero acreditar em nome da unanimidade de nossa Bancada, aos seus protestos os da Arena pela medida que não é da Copel e sim da Eletrosul. Acredito, entretanto, que não esteja ocorrendo este fato. Mas, se verificada esta possibilidade V. Exa. pode ter certeza que tanto V. Exa. nós os Deputados da Arena discordamos deste procedimento.

Em uma passagem de seu pronunciamento V. Exa. argumentou sobre a participação dos Diretores da Copel nos lucros da empresa como se isso fosse um fato desabonador.

O Partido de V. Exa. tanto quanto o meu defenderam o princípio da participação dos empregados no lucro das empresas. Os funcionários da Copel, sem distinção, não é necessário que seja Diretor da Copel, participam dos lucros daquela empresa como medida, até, necessária para que haja o sentido empresarial numa das empresas que tem sido orgulho dos paranaenses, porque é uma das maiores do Brasil no setor.

Ouçoo muito e com muita insistência também críticas à Copel sobre aquilo que convencionam afirmar de aumento excessivo das tarifas de energia elétrica em nosso Estado. Permitiria, de passagem, dizer que os índices de aumento das tarifas com energia, índices inflacionários, também a Copel não fixou. Essas tarifas são sempre fixadas pelo Ministério de Minas e Energia. Se não me engano no ano passado foi de ordem de 21,73% e este ano o aumento ficou na casa dos 22,46%, quando é sabido que o índice inflacionário no país atinge o percentual bem superior a este conferido pelo Ministério de Minas e Energia para aumento das tarifas procedidas pela Copel. Permitiria insistir que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel não cabe qualquer responsabilidade nesse episódio e não acredito na desumanidade de qualquer autoridade judicial federal ou dos Diretores da Eletrosul de se permitir o direito de abrir as comportas da barragem e inundarem as porções de terra ainda ocupadas por inúmeras famílias. Se isto ocorresse estaríamos assistindo a um ato de verdadeira desumanidade, permitindo até que famílias inteiras morram. Quem sabe, como forma de coação tenha a Eletrosul se permitido dar um ultimato àqueles que residem nas terras que serão alagadas.

Sei que líderes do Município de São Jorge do Oeste aconselharam os posseiros e os colonos que não saiam de suas terras sem que antes tenham recebido o valor de sua desapropriação, para que eles possam adquirir novas porções de terra para poderem acomodar-se com suas famílias.

Cumprimento V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento e permitiria sugerir que V. Exa. solicite que, através da Presidência, a Eletrosul responda os requerimentos anteriores, um de minha autoria, para esclarecer o episódio e verificarmos até onde a Eletrosul pretende levar o acontecimento com prejuízo para os paranaenses. – Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente desejo me parabenizar com V. Exa. pela oportunidade e propriedade do assunto ora discutido.

Quando V. Exa. se referia à participação de lucros de Diretores das Sociedades de Economia Mista, nos lucros destas empresas.

Reassume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

V. Exa. levanta uma das causas mais justas porque não se pode admitir que estes Diretores que fazem parte, que são empregados do Estado através de uma companhia de administração direta, tenham lucros sobre capitais que não são seus.

Houve já neste Poder, nesta Assembléia, um Projeto de Lei de autoria do Deputado João Mansur, que foi aprovado por esta Assembléia. O Projeto de Lei diz o seguinte no seu artigo 1º, Sr. Presidente e Srs. Deputados:

“Art. 1º – É vedado às Companhias de Economia Mista das quais o Governo participe como acionista majoritário quer diretamente, quer através dos seus órgãos ou outras fundações, autarquia ou outras sociedades de economia mista, incluir em seus estatutos dispositivos, prevendo a participação de seus Diretores, a qualquer título, nos lucros que por ventura produzirem”.

Este Projeto foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Paraná e é de autoria do Deputado João Mansur, e quero crer, teve a aprovação do ilustre Líder do Governo, e, foi vedado pelo Sr. Governador do Estado. Nas razões do Veto Sua Excelência o Sr. Governador Emílio Gomes, Governador então, não encontrou fundamentos para vetar tão importante Projeto de Lei, baseou-se em argumentos jurídicos já falidos.

Quero adiantar a V. Exa. nesta oportunidade, que tenho em mãos as razões do Veto e entrarei com este mesmo Projeto nesta Assembléia, para que o Poder Legislativo mais uma vez possa se pronunciar sobre matéria de tão alta importância e que assista a aplicação justa do dinheiro do povo do Paraná.

O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, nobre Deputado, quero parabenizar V. Exa. por este pronunciamento. Se esta causa não fôr a mais justa causa do povo paranaense, a causa que V. Exa. hoje defende tão brilhantemente pelo menos é uma das mais justas e seria um dos nossos futuros pronunciamentos nesta Casa, como Deputado e como advogado, embora para outra região, tendo sido procurado por moradores desapropriados a “toque de caixa”, por estas firmas.

Nós queremos deixar aqui nossas congratulações a V. Exa. por este pronunciamento, porque realmente estas desapropriações, têm sido verdadeiras vergonhas para as nossas leis, para este Poder desrespeitado.

Veja V. Exa. que na região de Cascavel/Foz do Iguaçu, as desapropriações estão sendo feitas mediante o desbravamento das matas; matas em pé, simplesmente se toma. Existem lá, nobre companheiro, pioneiros que há 20 anos lá se radicam, que então acreditaram no nosso povo, no nosso Governo, acreditaram nos destinos deste Estado, quando tudo era arriscado, quando eles beijavam a esposa e filhos para irem visitar as suas terras, porque não sabiam se voltariam dado o número de jagunços às vezes até oficializados. Eles acreditaram e foram para lá, como não havia gente eles derrubaram sozinhos, com suas famílias e com Deus, as matas, conforme sua capacidade. Conheço lavradores daquela região hoje sendo desapropriados, com cerca de 160 cabeças de gado em sua propriedade o que vale dizer - ele lutou, ele desbravou e ele ardeitou; hoje, vê 3/4 das suas terras sem ordem para pagamento, simplesmente recebendo como recebeu há 30 dias atrás, uma ordem de despejo para 24 horas do Juiz de Direito da Comarca de Foz do Iguaçu. Então, nós queremos nos congratular com V. Exa. por este brilhante pronunciamento, quicá, Deus permite, este pronunciamento saia destas quatro pare-

das e chegue aos ouvidos dos responsáveis por esta futura miséria que está avassalando o Estado do Paraná.

– (Reassume a presidência o Sr. Deputado Maurício Fruet) –

O SR. NILSO SGUAREZI – Agradeço a V. Exa. como aos demais Pares que numa ou noutra vez vêm somar opiniões a este problema realmente grave. Esta região foi agraciada com uma estrada de asfalto há cinco anos. Muitos proprietários desta faixa de terreno que passa o asfalto não receberam ainda suas desapropriações, conforme foram pedidos que temos, receberam de protocolo do DER para pagamento. O motivo que nos traz aqui é motivado pelo mesmo que aconteceu a estes proprietários das faixas por onde passou a estrada, que vai acontecer agora às áreas de terras alagadas de Salto Osório. O nobre Líder do Governo não acredita numa deshumanidade tão grande por parte da Eletro Sul e da Copel. Mas por ser advogado me baseio no que está escrito, no pedido, de um Juiz Federal, um dos advogados mais probos deste Estado e que diz assim: “Tomando conhecimento de que está prestes a inundação da área destinada à bacia de acumulação, sem prejuízo às partes de formularem quesitos suplementares, para o início da diligência pericial marco o dia 12 vindouro, às 13,30 horas, na sala de audiências desta Vara. Nesta ocasião fixar-se-à o prazo para a entrega do laudo”.

Este despacho é de 5 de março. Srs., eu fico com o que está escrito, todos foram avisados que hoje seria o fechamento das comportas e para que não se alegue amanhã ou depois que ficamos aqui brincando e prejuízos maiores do que o de hoje seriam os de amanhã, é que levanto a minha voz, trago à consideração dos Srs. Deputados, para que ao menos nós representantes do povo, prestemos nossas homenagens a estas humildes, fazendo inserir na Ata destes trabalhos que a única coisa que nós podemos fazer praticamente era homenagear estes paranaenses que estão praticamente doando ao Estado as suas terras, o que representa tudo, porque se sair de sua terra, perdeu tudo. E é por isso então que eu apresentei...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte?

– (Assentimento) –

V. Exa. vem fazendo uma exposição minuciosa que chega a ser denúncia com esse seu pronunciamento com o qual eu quero me congratular. E também tendo em vista, que estes casos, estas atuações do poder público, vem trazendo contrariamente ao sentido de que é criado o Estado, a aprovação e a segurança das pessoas e das famílias que, um última análise, forma uma parcela daquilo que juridicamente se pode conceituar como Estado. Ali perto de Foz do Iguaçu, sem mencionar, o aspecto da desapropriação da Usina da Bi-nacional Itaipu, no lado do Parque Nacional. estão sendo levadas a efeito execuções, despejos generalizados. de famQlia, principalmente alemãs, que ali se implantaram para desenvolver uma civilização, uma sociedade agrícola organizada, um desenvolvimento, que chega a ser o exemplo de tantos outros que não deram resultados, como aquele implantado pelo INCRA. em várias regiões do País, mas ali, sob as alegações de que está aquela colônia cravada no Parque Nacional precisa ser esvaziada da população. Já houve pronunciamento do nosso nobre companheiro Paulo Marques, da Câmara Federal, a respeito deste aspecto, dessas ações expropriantes que vão mais contra a pessoa, porque ao alcançar os bens, os bens de raiz adquirido pelo Governo do Estado que se presumia legítimo proprietário dessas terras, essas ações expropriantes partidas do poder público maior, vem trazendo desassossego a uma colonização. E é por causa disso, louvando o pronunciamento de V. Exa. que eu incorporo também, a angústia daqueles que estão a esperar por alguém que se faça lembrar em nome dele, os mesmos aspectos que essas ações expropriantes promovidas pelo poder público. O poder público, senhor do Poder, senhor de todas as decisões, se esquece que o homem é o objetivo do Estado na sua proteção maior. E é justamente com este sentido que eu venho em nome de toda a região Oeste do Paraná, incorporar-me ao discurso de V. Exa.

para fazer dele também a nossa voz, incorporada com a vossa, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A mesa comunica ao nobre orador que restam três minutos para o término de sua oração.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado.

Respondendo ao nobre Líder do Governo, a sua reiterada preocupação de dizer que a Copel não tem responsabilidade no episódio. Juridicamente não tem, mas o problema envolve aspecto moral.

Não posso admitir que o Governador do Estado venha perante esta Casa trazer Louros para o Estado, para o Governo do Paraná, através da sua Mensagem às folhas 27, bradar honras à COPEL porque constrói a Salto Osório, e todos os Srs. receberam a Mensagem às folhas 27, tributando-se a si, a construção de uma obra, e não querendo arcar com o peso e com a responsabilidade desta denúncia.

Mas, dizia eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a COPEL não tem participação, então o Governo que não se vanglorie com uma obra que ali se realiza.

Quero prestar uma homenagem aqueles 20 proprietários do município de São Jorge do Oeste; aos 16 do município de São João; e aos 52 do município de Chopinzinho, que não contestaram a ação. São todos humildes agricultores. E quero pedir a V. Exa. que transcrevêssemos, nesta Ata, para que a posteridade preserve a contribuição honrosa que deram para a construção de Salto Osório. Quando suas terras estiverem submersas pelas águas, possam aqueles agricultores, com revolta quem sabe, mas o direito sagrado de repetirem as palavras de Russomano, ao olharem o grande lago que será a represa de Salto Osório: "Não fomos como o navio que ao passar não deixou rastro, porque as águas se juntaram novamente, mas fomos como o arado que rasgando a terra em sulco profundo, deixou a vala para ser plantada a semente, e dela nasceu o fruto, que sustenta os Homens e a Nação".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

A Mesa informa, com satisfação que se encontra no Plenário desta Casa, o Sr. Túlio Vargas, Secretário de Justiça do Estado.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, e subscrito também pelo Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura do referido Projeto de Lei.

(O Sr. 1º Secretário procede a leitura)

O Projeto de Lei necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.**

Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 288/73, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que declara de utilidade Pública a Sociedade Protetora de Animais de Curitiba. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 28/74, de autoria

do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, a Liga das Senhoras Católicas da Cidade de Sertaneja. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 80/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 254/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Paranguá, objetivando a construção na sede daquele Município de prédio destinado ao Instituto Médico Legal. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 02/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 259/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Mandaguari, Mandaguá, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorhe D'Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 56/74, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tomazina, Ambulância Willys ano 1966 e dá outras providências. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 75/74, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo transferir para a Jurisdição da 21ª CIRETRAN com sede no Município de Irati, os serviços de Trânsito dos Municípios de Imbituva e São Mateus do Sul. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. **COM EMENDA**, da C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/74, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paranaity, a data de terra sob nº 3 (três), da quadra nº 83 (oitenta e três), da Planta Geral da Cidade do mesmo nome. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 06/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 07/74, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Segurança e os Municípios de Moreira Salles e São Sebastião da Amoreira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, bem como a manutenção e conservação dos referidos equipamentos. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

Comissão de Constituição e Justiça

PROPOSIÇÃO Nº 7/74

P A R E C E R

O Poder Executivo celebrou convênios com os municípios de Moreira Salles e São Sebastião da Amoreira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais.

Por este Poder já passaram centenas de convênios idênticos, estabelecidos pela Secretaria de Segurança Pública e Municípios, como parte de um programa geral de reequipamentos das Polícias locais, com recursos do FUNRESPOL.

Trata-se, portanto, de um convênio padrão, cujo mérito

certamente já foi exaustivamente analisado quando das manifestações desta Casa, em cada processo isolado

Nestas condições, opino pela aprovação do convênio, nos termos do Projeto de Resolução que segue

Sala das Comissões, 1º de abril de 1974

aa NELSON BUFFARA Presidente
ERONDY SILVÉRIO Relator

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução nº 06/74

Art 1º Ficam aprovados os convênios celebrados em 10 de outubro de 1973, entre o Estado, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública e o município de Moreira Salles, e em 12 de outubro de 1973 com o município de São Sebastião da Amoreira, com a finalidade de estabelecer cooperação tendente a equipar as respectivas Delegacias de Polícia, bem como a manutenção e a conservação dos mesmos equipamentos

Art 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Comissões, 1º de abril de 1974

aa NELSON BUFFARA Presidente
ERONDY SILVÉRIO Relator

Comissão de Finanças

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6/74

(Ex-Proposição nº 7/74)

PARECER

O processado resulta de Convênio celebrado "ad referendum" deste Poder que estabelece medidas tendentes a reequipar as delegacias de Polícias dos municípios de Moreira Salles e São Sebastião da Amoreira, como aplicação do programa geral baseado nos recursos do FUNRESPOL.

Referido ato se consumou entre o Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Moreira Salles e São Sebastião da Amoreira, em 10 de outubro e 12 de Outubro, respectivamente.

A Comissão de Constituição e Justiça, oportunamente, se pronunciou favoravelmente a aprovação da matéria.

No mérito, é preciso que se realce a elevada importância da extensão do programa de reequipamento policial para as referidas municipalidades, pelo que tal evento representa em termos de segurança pública.

Por tais motivos, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, 15 de maio de 1974

aa QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
JOÃO C. FADEL Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER ao

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 06/74

Autor: - Comissão de Constituição e Justiça

NO MÉRITO.-Tratando-se de medida de competência do Poder

Executivo, que vem a esta Assembléia Legislativa, tão somente para ser referendada e tratando-se, de medida ainda de alto alcance, no que respeita ao bem estar social dos Municípios em pauta, resta-nos tão somente opinar por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 2 de dezembro de 1974

aa ANTÔNIO BELINATI Presidente
FRANCISCO ESCORSIN Relator

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução nº 08/74 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 09/74 que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Piên e Leopólis, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante a aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 9/74

PARECER

A Proposição ora submetida a deliberação desta Comissão oriunda-se da Mensagem Governamental nº 2/74, encaminhando para os fins constitucionais, cópias autênticas dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Leopólis e Piên, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, a Proposição está conforme.

Destarte, opino pela sua APROVAÇÃO na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer

Sala das Comissões, em 1º de abril de 1974

aa NELSON BUFFARA Presidente
a IVO THOMAZONI Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE

Art. 1º - Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Piên e Leopólis, respectivamente aos 19 de zenove, e 21 de vinte e um dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e três, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1º de abril de 1974.

a) NELSON BUFFARA - Presidente
a) IVO THOMAZONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROPOSIÇÃO Nº 9/74

PARECER

A Presente Proposição tem suas raízes na Mensagem Governamental nº 2/74, encaminhando para os fins constitucionais cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Leópolis e Pirên, visando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em sua devota oportunidade, opinou pelo acolhimento da medida.

No âmbito desta Comissão, ou seja, o aspecto financeiro nenhum óbice se insurge à tramitação normal da Proposição.

Assim sendo, opino pela APROVAÇÃO da Proposição enfocada para ulterior trâmite regimental, na forma do Projeto de Resolução apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) GILBERTO CARVALHO – Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 8/74

1 – A presente resolução, de autoria da Douta Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental nº 02/74, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança e os Municípios de Leópolis e Piên, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2 – Referida proposição já mereceu pareceres favoráveis das ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 – Quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1974.

a) ANTONIO BELINATI – Presidente

a) ARTHUR DE SOUZA – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 04/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 200/74, que aprova o Termo Aditivo firmado ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, objetivando programa sobre “Estudo para o Desenvolvimento Regional do Nordeste do Estado do Paraná, com parecer favorável da C.C.J. – **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 200/74

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 75/74

I – A presente Proposição oriunda da Mensagem Governamental

nº 75/74, encaminhando cópia autêntica do Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 31 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, no qual objetiva o desenvolvimento de programa sobre “Estudo para o Desenvolvimento Regional no Nordeste de nosso Estado.

II – Medida de inegável interesse público, a matéria não sofre implicações de ordem constitucional, pois firmar Convênios é competência do Poder Executivo e a esta Assembléia Legislativa cabe referendá-los, conforme dispõe o artigo 49, inciso IX, da Constituição Estadual.

III – Julgamos assim a Proposição em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, com o nosso parecer favorável na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 2 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) IVAN RÜPPEL – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica aprovado o Termo Aditivo firmado em 10 de setembro de 1974, ao Convênio celebrado entre o governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, objetivando o desenvolvimento de um programa sobre “Estudo para o Desenvolvimento Regional no Nordeste do Estado do Paraná”.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1975.

a) IVAN S. RÜPPEL

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 127/74, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), com sede na Cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da C.C.J. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 127/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública, o CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DO PARANÁ (CRPP), sediado em Ponta Grossa.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1974.

a) JORGE SATO

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade que se pretende reconhecer, por lei, como de utilidade pública, reflete essa característica no próprio texto estatutário, quando se define sociedade civil, sem fins lucrativos (Art. 1º), declara a gratuidade das funções diretivas (Art. 4º “d”) e objetiva a promoção dos professores paranaenses (Art. 1º).

Esses traços fundamentais da associação em tela, garantem-lhe tranquilo repouso na legislação regente da espécie, de tal sorte que, aos nobres integrantes deste Poder, a matéria se apresenta livre, de qualquer controvérsia.

E por ser assim, é de se crer na unânime aceitação e consequente aprovação da presente proposição, que tem por fim reconhecer a pública utilidade de um grupo social organizado, da maior importância para a comunidade paranaense

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 127/74

O Presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Jorge Sato, tem por objetivo declarar de utilidade pública o CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DO PARANÁ, com sede na cidade de Ponta Grossa, neste Estado.

Examinando o Projeto, bem como os Estatutos que o acompanha, podemos verificar que os requisitos exigidos pela Legislação vigente reguladora da matéria, estão plenamente satisfeitos

Isto exposto, temos a nos manifestar pela aprovação do Projeto por esta Casa

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 2 de abril de 1975

a ACCIOLY NETO - Presidente.

a EZEQUIAS LOSSO - Relator

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 159/74, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo de declarar de Utilidade Pública, a Comunidade Estigmatina de Curitiba integrante da Associação dos Estigmatinos Para Educação e Instrução Popular Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 159/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Comunidade Estigmatina de Curitiba, integrante da Associação dos Estigmatinos Para Educação e Instrução Popular

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1974.

a LAZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública reúne todos os requisitos exigidos pela legislação específica, para merecer tal reconhecimento, como se pode verificar do anexo Estatuto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE Lei Nº 159/74

AUTOR: Deputado LÁZARO DUMONT

A Lei Federal nº 91 de 28 de agosto de 1935, fixa as regras pelas quais as sociedades são declaradas de Utilidade Pública

A presente iniciativa de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont está de acordo com a lei citada, razão pela qual somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1975.

a ACCIOLY NETO - Presidente

a ADALBERTO DAROS - Relator

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, Requerimento de autoria

do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de dotar a 2ª Ciretran, com sede em Ponta Grossa, de melhores condições materiais e de pessoal no atendimento a questões de trânsito, em diversas cidades. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente, solicitando seja enviado pedido de informações ao DESP, sobre o fato da não efetivação dos Servidores com mais de cinco anos de serviços, denominados pesadores, com prestação de serviços à Secretaria de Finanças. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Castro **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Marinha, no sentido de que seja determinado o reexame do assunto relacionados a tarifas pela Capitania dos Portos, a fim de que as tabelas sofram redução mais conveniente e mais consentânea com os interesses da economia regional do Paraná e de Mato Grosso. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, visando a criação de um Ginásio Agrícola na cidade e Município de Cândido de Abreu. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes para a recuperação das estradas que ligam as cidades de Reserva, Cândido de Abreu, Ivai, Ipiranga. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Butfara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Secretário da Educação e Cultura e Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, no sentido de ser reformulada a decisão da referida Fundação, que vetou a inclusão dos cursos de Economia e Administração de Empresas no currículo daquela Faculdade. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao atual Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, Dr. José Maria de Azevedo, pela sua atuante e profícua gestão, a qual vem dinamizando e imprimindo um acelerado atendimento no setor previdenciário do Estado. **Aprovado.**

O SR. IVO THOMAZONI - (Pela ordem), Sr. Presidente quer-me parecer que só existe um recurso regimental para retirar da Ordem do Dia a matéria que V. Exa. já deu por aprovada e não é esta, porquanto quando foi solicitada, já havia sido encerrada a discussão e a votação.

O SR. TRAJANO BASTOS - (Pela ordem), Sr. Presidente, dei-xei de pedir para discutir em tempo hábil, porque não funcionou a luzinha verde.

Deixo a V. Exa. a decisão da discussão ou não do presente Requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - Pela ordem Sr. Presidente, houve a manifestação por parte do Deputado Trajano Bastos no sentido de discutir o Requerimento. Essa manifestação foi anterior ao momento em que V. Exa. colocou em votação.

Portanto, Sr. Presidente, pedimos a V. Exa. para que coloque em discussão esse Requerimento para que esta Casa não viva de bajulações e não viva oficiando àqueles que não merecem estes votos de congratulações, não pessoalmente, mas pelo trabalho que estão desempenhando em suas funções, uma vez que.

na justificativa do Requerimento, não prova e nada consta para que esta Casa possa reconhecer o trabalho deste cidadão que seria oficiado.

Pedimos, dado o seu alto espírito liberal, que coloque em discussão o presente Requerimento.

Eram nossas ponderações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência informa em que pese as eminentes ponderações dos eminentes Deputados Trajano Bastos e Scarpelini, que colocou em votação o Requerimento e conseqüentemente o Requerimento foi aprovado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – (Pela ordem). Sr. Presidente, houve uma deficiência técnica na aparelhagem de som desta Casa. Pedimos a V. Exa. que coloque novamente em votação para que os Srs. Deputados, que não concordarem, possam votar contra o presente Requerimento.

O SR. PRESIDENTE – Regimentalmente, V. Exa. requer verificação de votação?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – Sim.

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem). Sr. Presidente, vou deixar de fazer o comentário, porque acredito, que sua Excelência realmente agora sugeriu a medida regimental, solicitou verificação de votação.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – (Pela Ordem). Sr. Presidente, requeiro seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum à votação.

O SR. PRESIDENTE – Inicialmente esta Presidência colocará o Requerimento do Deputado Jurandir Messias em votação, em atenção à Questão de Ordem levantada pelo Deputado José Domingos Scarpelini.

Em votação o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS (Pela Ordem). – Sr. Presidente, o meu Requerimento enviado a V. Exa. para que V. Exa. o submetesse à apreciação do Plenário não quer dizer que seja bajulação, como se expressou o ilustre Deputado do MDB.

O que acontece, Sr. Presidente, é que a minha região, a região que eu represento nesta Casa, foi e será agraciada com uma agência do IPE, por trabalho e por pedido, por insistência minha junto àquele órgão. Portanto, nada mais justo que os Senhores Deputados de qualquer região do Estado do Paraná, que se vejam agraciados e que o seu povo tenha o atendimento por parte do IPE principalmente, é justo e muito justo, Sr. Presidente, que se louve este gesto do Superintendente daquele órgão.

Quero em nome do meu povo, do povo da minha região, agradecer. Se o ilustre e eminente Deputado da Oposição não teve até o momento a lembrança de se dirigir aos órgãos públicos do Estado para reivindicar em favor do seu povo algo que lhe traga vantagens e benefícios, eu, na qualidade de Deputado que sou e que graças àquele povo ocupo hoje a Tribuna e tenho assento a esta Casa, não me furtarei jamais ao trabalho de reivindicar junto aos órgãos do Estado benefícios que venham de encontro aos interesses do meu povo, principalmente da minha região.

O meu Requerimento não é absolutamente de bajulação, e ficará o povo da minha região orgulhoso, tenha V. Exa. certeza, com a instalação da agência do IPE no município de Pitanga, o qual eu represento, e faço questão de frisar como já o fiz neste Plenário, faço questão de defendê-lo ao máximo, se possível com todas as minhas forças que esta Tribuna me der, porque foi assunto, Sr. Presidente, de debates nesta Casa, o pronunciamento do Deputado – se não me falha a memória – de Pato Branco, da Oposição.

Ouviu-se acusações e mais acusações nesta Casa por parte da Oposição. Eu quero dizer que acusações injuriosas como se procedeu naquela região por procurar-se prestar obras de relevante importância...

O SR. MUGGIATI FILHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nós não queremos em hipóteses criar suscetibilidade com o eminente Deputado Jurandir Messias, mas S. Exa. levantou uma questão de ordem e S. Exa. não trouxe nenhum problema relativo ao Regimento Interno. A questão de Ordem é questão que diz respeito a uma violação de dispositivo do Regimento Interno. Peço a V. Exa. que faça observar o Regimento Interno e aproveite a questão de ordem para reiterar a questão de ordem do Nobre Deputado Domício Scaramella que requereu a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa informa, respondendo à questão de ordem do nobre Deputado Muggiati Filho que o Deputado entendeu a participação do eminente Deputado Jurandir Messias como encaminhamento de votação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI – Apenas para argumentar neste sentido que, realmente, antes da verificação de quorum, através da chamada nominal, V. Exa. deveria atender a solicitação do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini que havia solicitado verificação de votação. Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa informa que o eminente Deputado Ivo Thomazoni ao fazer a verificação de votação, por economia estará se fazendo também a verificação de quorum. Para encaminhamento de votação, continua com a palavra o Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Sr. Presidente, agradeço a lisura com que V. Exa. tem conduzido os trabalhos desta Casa, quando chega a assumir esta Presidência. De sorte que, então, ficou bem claro o meu pronunciamento, defendendo o meu Requerimento que não vai bajulação, o que vai é um agradecimento reconhecido do meu povo, do povo de Pitanga, que submeto à apreciação do Plenário o meu Requerimento.

O SR. PRESIDENTE – Continua em votação o Requerimento do Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. IVO THOMAZONI – (Para encaminhamento de votação).

Sr. Presidente, inicialmente para dizer que a Bancada da Arena é sempre solidária com as iniciativas de qualquer um dos nobres Pares, e tem por objetivo, no encaminhamento da votação explicar, além do objetivo principal do Requerimento, dizer das razões que secundaram a apresentação do mesmo e o eminente Deputado Jurandir Messias, tem conhecimento de um trabalho ingente promovido pelo Sr. Superintendente do IPE junto ao Sr. Governador do Estado, recém-empossado, no sentido de dilatar os benefícios daquele Instituto de Previdência aos seus associados e S. Exa. pretende, nesta oportunidade, muito embora estivesse aguardando outra oportunidade para fazê-lo, anunciar que o Dr. José Maria de Azevedo propôs que o Sr. Governador está em vias de aprovar um esquema de trabalho que prevê o aumento do benefício de inatividade do funcionário público estadual, que hoje é de cinquenta por cento dos vencimentos acrescido para mais dez por cento, para cada dependente beneficiário, quer significar que a viúva receberá já sessenta por cento do vencimento como beneficiária do funcionário e mais dez por cento para cada dependente até atingir cem por cento do vencimento na ativa. Devo também esclarecer que propôs e o Governador já aprovou, uma melhoria de pecúlio que atualmente é de seis mil cruzeiros e deverá doravante atingir até dez vezes o total dos vencimentos do funcionário público.

E pretende o Governador, e já aprovou, a instituição do auxílio natalidade a ser pago pelo IPE. E devo salientar que estas medidas adotadas pelo Sr. Governador, o foram, graças à clareza do Sr. Diretor do IPE, e nada mais justo portanto que se pretenda esta homenagem a um homem que luta para que os pensionistas e os funcionários públicos estaduais tenham alguma coisa mais a receber do seu Instituto de Previdência. – É a razão

pela qual, eu votarei a favor do Requerimento do Deputado Jurandir Messias. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE Continua em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - Sr. Presidente, o Requerimento subscrito pelo nobre Deputado Jurandir Messias, cujo Requerimento em si, e a justificativa não me satisfaz. Eu disse, que não votaria em um Requerimento pelo simples fato de um ato bajulatório, mas porque a sua justificativa, por escrito, não havia ainda levado a este Deputado a pensar como V. Exa. pensou.

E vendo a sua oração, sentindo aquilo que V. Exa. sentiu a respeito do Sr. Diretor do IPE, com a sua explanação oral em sua Tribuna, também votarei a favor do seu Requerimento porque acho de razão e de justiça. Mas a simples justificativa por escrito, levou-me às dúvidas e a pedir que fosse feito nesta Casa, para que não houve o simples ato bajulatório, justiça.

E vejo agora, que isso não aconteceu nesta Casa. Por isso, dou o meu voto favorável ao Requerimento do ilustre Deputado, para um homem que conforme diz V. Exa., bem o merece.

Eram estas as nossas palavras no encaminhamento de votação. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos, para discutir

O SR. TRAJANO BASTOS - Creio, Sr. Presidente, que houve por parte de alguns Srs. Deputados, uma má interpretação, quando pedimos para discutir o Requerimento.

Ao pedirmos para discutir o Requerimento, não estávamos dizendo que seríamos contrários, queríamos tão somente a oportunidade de conhecer os fatos. Depois, o Deputado Jurandir Messias trouxe ao conhecimento do Plenário maiores detalhes. Este Deputado não se oporia a votar favoravelmente ao seu Requerimento, muito mais ainda porque este Requerimento vem assinado pelo Deputado Jurandir Messias que merece a minha confiança. Não iria eu, colocar-me em posição contrária, sem conhecer o assunto. Foi feliz o nobre Deputado José Domingos Scarpelini ao levantar a questão, somente para esta explicação, Sr. Presidente, e para que o nobre Deputado Jurandir Messias fique conhecendo nossa posição. E também para que o Plenário não aprobe matéria de repercussão sem que tenha conhecimento de causa.

ORA SE. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão. - Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Ribeiro de Macedo, ex-Deputado estadual. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido pelo Sr. 1º Secretário, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que, seja autorizado pelo órgão competente, um levantamento geral das Escolas Isoladas do Estado, em diversos Municípios. - **Aprovado.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, pediria vênha para que esta Presidência esclarecesse aos Srs. Deputados que quando se dirigissem à Mesa o fizessem de pé; os apartes poderiam ser oferecidos sentados.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Luiz Alberto Oliveira, e Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex aos Srs. Senadores e Deputados Federais do Paraná, encarecendo medidas para que se possibilite tramitação rápida da Mensagem Presidencial, visando

a doação de áreas urbanas de terras aos Municípios de Leônidas Marques, Catanduvas e Medianeira. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da Tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidente da República, Ministro da Indústria e Comércio, ao Instituto Brasileiro do Café e ao Banco Central do Brasil, pleiteando benefícios para a lavoura e comércio do café. Em discussão. - Encerrada a discussão. - Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Para encaminhar a votação. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero louvar a atitude do Deputado Muggiati Filho pela apresentação deste Requerimento.

Hoje pela manhã, conversando com o eminente líder do Governo, disse-lhe que estava preparando um trabalho para falar sobre o café, o qual vem nos preocupando muito, uma vez que vim de uma região eminentemente cafeeira. O café foi a maior fonte de divisas para o Brasil e hoje está sendo relegado a segundo plano.

Essa medida que o nobre Deputado apresenta com referência a melhoria de preço é interessante, mas posso afirmar que é uma medida paliativa uma vez que não é a solução. O que é preciso é que se dê um financiamento para melhorar as condições dos cafeeiros, porém sem juros, possibilitando assim a reabilitação de nossa lavoura a fim de colocar o Brasil em posição de discutir à altura o assunto como sempre o fez neste setor.

Estou aguardando de Londrina alguns dados para saber o número de famílias que ainda estão militando na lavoura cafeeira. Sabemos que grande número de famílias têm deixado o interior para vir à Capital. Se não tomarmos uma medida com urgência não sei se o Governo terá condições de abrigar todas as famílias que deixam o interior e vêm para a Capital. Esta é uma medida que o Governo deve tomar com bastante urgência.

Cumprimento V. Exa. pelo seu Requerimento e prometo que dentro de poucos dias voltarei a falar sobre o mesmo assunto. Estou de pleno acordo com o seu Requerimento, ao qual darei o meu voto favorável e peço a todos os Srs. Deputados que votem a favor para que ele seja aprovado por unanimidade. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Em votação o Requerimento.

O SR. MUGGIATI FILHO - (Para encaminhar a votação, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, desejo expressar pelo valoroso apoio que acaba de dar ao nosso Requerimento o Deputado Gilberto Carvalho, o nosso reconhecimento, e também aguardaremos as iniciativas de Sua Excelência e sabemos que irão se revestir de cunho eminentemente patriótico, na solução destes problemas a fim de que o Paraná possa realmente, através do seu Governo e dos seus Poderes constituídos, defender os mais altos interesses da sua economia.

Não tivemos o tempo necessário para debater o assunto, hoje, como era nossa intenção, da Tribuna, mas esperamos aqui voltar ao assunto que realmente é de grande utilidade e de grande interesse para o Paraná.

Ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, uma vez mais os meus agradecimentos. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho; em votação. **Aprovado.**

A Mesa registra a presença, neste Plenário, do Dr. René Krauss Juiz de Prudentópolis.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos Srs. Presidente da República e Ministro do Planejamento, no sentido de que torne obrigatória a reposição em forma de reflorestamento, das reservas florestais destruídas para a realização de obras públicas e; às direções das Empresas construtoras da Usina de Salto Osório, no Rio Iguaçu, ao Sr. Presidente da República e

São João: estes, todos residentes no Município de São João, Comarca de Chopinzinho. Albino Parcianello; Amantino Vieira Machado; Albino Fioravante Pagnussat; João Carpes; José Silvestre Chontes; Liberalino Ferreira Ajala; Herculano Taborda Obregão; Carlos Kraetzig; Jacemim Santi; Manoel Carpes; Valdomiro da Veiga e outros; Neli Hennin; Anildo Schnermmann e Anildo João Henning; Ildo José Dickel; Cirilo Cretani; Antonio Piontkoski; Adelino Dalla Maria; Wilson Felber; Nelson Dapper; João Bertoldo Ruchel; Siegfried Maldaner; Inácio Bruno Vort; Aloisio Albino Schafer; Arno Edmundo Reicher; Valder Egídio Crestani; José Harry Willemborg; José Felber Filho; Florêncio Beduschi; Valdocio Antonio Cretani; José Morosine; Ulisses Sgarbossa; Adelinio João Scopel; Jesuino Vaz; Zenir Antonio de Mari e Paulo Francisco de Mari; Cipriano Vieiro; Antonio Cemin; Crescêncio Sutil; Olívio Vieiro; Arcelino Rech; Elilio Trento; Valdomiro Aimi e outros; Antonio Bordignon e outros; todos posseiros ou proprietários residentes no Munic. de Chopinzinho, Comarca do mesmo nome. O referido é verdade e dou fé. DADA E PASSADA nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, aos três dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco. Eu, (OLGA DIAS RODRIGUES), Diretora de Secretaria da 1ª Vara Federal, Seção Judiciária do Estado do Paraná, mandei datilografar, conferi e subscrevi.

C E R T I D ã O

CERTIFICO E DOU FÉ, em cumprimento ao r. despacho de fls. 782 verso, item VIII, que decorreu o prazo do Edital de Citação de Terceiros Interessados, com a manifestação de Aloysio R. Henriques, José Roni Simão e sua esposa Hílma Simão, através de Artigos de Oposição, autuados em apartado sob nº 4.609/74, pelos Procuradores Judiciais, Drs.: José Eduardo Soares de Camargo. René Dotti, Regina Helena Afonso e Walter Borges Carneiro. O referido é verdade e dou fé. DADA e PASSADA, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, aos três dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco. Eu, (Olga Dias Rodrigues), Diretora de Secretaria da 1ª Vara Federal, Seção Judiciária do Paraná, mandei datilografar conferi e subscrevi.

C E R T I D ã O

CERTIFICO E DOU FÉ, em cumprimento ao r. despacho de fls. 782 verso, item XI, que Elisa Martinello; Helena Alves de Oliveira e Zélide Ulanoski, apesar de citadas (cert. fls. 437 e 438; 433), não apresentaram contestação. O referido é verdade e dou fé. DADA e PASSADA, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, aos três dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco. Eu, (Olga Dias Rodrigues), Diretora da Secretaria da 1ª Vara Federal, Seção Judiciária do Paraná, mandei datilografar, conferi e subscrevi.

Ministro das Minas e Energia, bem como ao Sr. Governador do Estado, que atentem para a flagrante injustiça que se cometerá na desapropriação das terras que formarão a Bacia de Acumulação, se preços diversos e injustos forem pagos à maioria dos desapropriados, outrossim, a transcrição nos Anais da Casa, dos nomes constantes da Certidão dos autos 4.500, da 1ª Vara da Justiça Federal, que relaciona os proprietários desapropriados que não contestaram o preço indenizado oferecido naquele processo.

Aprovado. (A Certidão, acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA;

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 80/73 e 02/74 e dos Projetos de Lei nºs 56/74, 75/74 e 97/74.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 06/74, 08/74 e 04/75 - dos Projetos de Lei nºs 127/74 e 159/74.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 71/73, 73/73 e 78/73.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSON SGUARZI, APROVADO NA SESSÃO REALIZADA EM 15/04/75.

C E R T I D ã O

CERTIFICO E DOU FÉ, em cumprimento ao r. despacho de fls. 782, ítem VII e VIII, que os expropriados constantes da inicial, foram todos citados, conforme certidão dos Srs. Oficiais de Justiça às fls. 437 a 438; 456 verso e 467 verso e Citação Editalícia às fls. 402 a 405; 414 a 416, tendo deixado decorrer o prazo de contestação, os expropriados: João Ari da Costa; Reinoldo Pedro Knop; Erni Dagostini; Osmino Rieger e Egon Leobert; Arno Hack; Luiz Perentz; Vitor Petri; Ari Francisco Rupp; João Castanho e outros; Baldoíno Pedro Reitz; Irotides Pereira; Leopoldo Heleodoro Alves; Idalino Conrado Moraes e Nestor dos Santos Alves; Seleste Pedro Rogrigues e Pedro Antonio de Lima; José Onning; Manoel Borges Cardoso; Juvenal Ferreira de Andrade e outros: estes, proprietários residentes no Município de São Jorge D'Oeste. Comarca de Chopinzinho. Jorge Armando Boelter; Alvino de Andrade; João José Fortunato e Genoval Martins de Aguiar; Albino Antonio e Antonio José Zotti; Alcides Boelter; Valdemiro Gonçalves Ribeiro; João Lourenço Ramos; Daniel Rafain; Waldomiro Chmielewski; Pedro Shmidt e Prefeitura Municipal de